

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.130 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 3 DE AGOSTO DE 2000

## **Muda regra para registro de nascimento**

PÁGINA 3

## **Trânsito pode ter mais mensagens educativas**

PÁGINA 3



Subcomissão Permanente do Judiciário ouve em primeiro lugar o ex-secretário-geral da Presidência

## **Freire e Heloisa cobram apoio a vítimas das chuvas**

PÁGINA 6

## **Álvaro denuncia especulação com ações da Petrobras**

PÁGINA 8

## SUBCOMISSÃO DO JUDICIÁRIO

■ EDUARDO JORGE SERÁ OUVIDO HOJE

■ PRESSÃO POR CPI É DEMAGOGIA, DIZ ACM

■ PFL APÓIA FERNANDO HENRIQUE E TUMA

■ OPOSIÇÃO APONTA FALTA DE PODER PARA APURAR

PÁGINAS 4 E 5



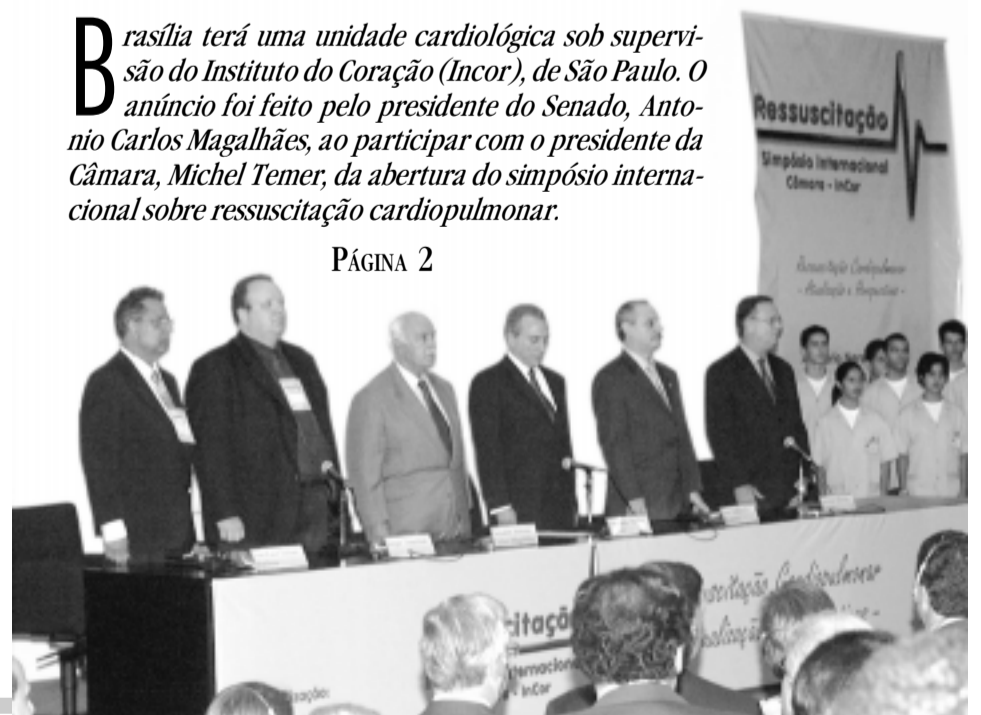
Presidida por Osmar Dias, a CAS apreciou projeto que regula as relações da União, dos estados, DF e municípios com os respectivos fundos de pensão

## **CAS aprova novas regras para fundos de pensão**

PÁGINA 3

**B**rasília terá uma unidade cardiológica sob supervisão do Instituto do Coração (Incor), de São Paulo. O anúncio foi feito pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao participar com o presidente da Câmara, Michel Temer, da abertura do simpósio internacional sobre ressuscitação cardiopulmonar.

PÁGINA 2



# DF terá unidade cardiológica supervisionada pelo InCor

“Vamos dar a Brasília o mesmo atendimento disponível no melhor centro médico de São Paulo”, promete o presidente do Senado, ao participar com Michel Temer de seminário promovido pela Câmara dos Deputados



Antonio Carlos Magalhães, ao lado de Michel Temer, participou da abertura de simpósio promovido pela Câmara dos Deputados

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou ontem a criação, em Brasília, de uma unidade cardiológica sob supervisão do Instituto do Coração (InCor). O anúncio ocorreu durante cerimônia de instalação de seminário sobre ressuscitação cardiopulmonar promovido pela Câmara dos Deputados.

— Falo com a autoridade de quem já se beneficiou do InCor e já sofreu a falta do InCor. Precisamos ter, aqui na capital do país, uma unidade cardiológica desse porte. Hoje, a medicina em Brasília já evoluiu bastante, mas ainda não está no mesmo nível dos grandes centros. Vamos dar a Brasília o mesmo atendimento disponível no melhor centro médico de São Paulo — disse.

Antonio Carlos esclareceu que os recursos para a nova dependência de tratamento cardiológico serão provenientes de descontos dos salários de seus primeiros usuários — parlamentares, integrantes dos tribunais superiores e Presidência da República —, mas afirmou que a idéia beneficiará também a população.

— Esta é uma iniciativa que só pode merecer o apoio de todos. Será bancada por essas instituições, e depois, com a evolução, poderá ser terceirizada. A população aos poucos se beneficiará — explicou.

O senador participou da mesa de abertura do I Simpósio Internacional Câmara-InCor, ao lado do deputado Michel Temer, presidente da Câmara, dos presidentes do

InCor, José Antonio Ramirez, e do Conselho Nacional de Ressuscitação, Sérgio Timmerman, do diretor-geral da Câmara, Ademar Silveira Sabino, e do chefe do Serviço Médico da Câmara, José Luiz Vellozo Barbosa. Também compareceram à solenidade os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Pedro Piva (PSDB-SP).

Brasil 500



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 3 DE AGOSTO DE 2000

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 2/2000, que insere dispositivo na Constituição federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares; PLS nº 245/99, que estabelece mecanismos para a veiculação de mensagens educativas de trânsito, nas modalidades de propaganda que específica, em caráter suplementar às campanhas previstas nos artigos 75 e 77 da lei que institui o Código de Trânsito Brasileiro; PLC nº 44/96, que dispõe sobre a veiculação de mensagem voltada à educação para o trânsito; Requerimento nº 381/2000, do senador Amir Lando, solicitando a tramitação conjunta das PLSs nºs 310 e 315, de 1999, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 383/2000, do senador Antonio Carlos Valadares, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 10 e 97, de 1999, com as de nºs 58 e 70, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

COMISSÕES

14h — Subcomissão Permanente do Judiciário  
Pauta: depoimento do ex-secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge Caldas Pereira.  
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira  
9h — Sessão não deliberativa

## Alencar teme que proposta de reforma tributária não atenda ao interesse do país

Ao fazer uma análise da proposta de reforma tributária encaminhada pelo governo federal à Câmara dos Deputados, o senador José Alencar (PMDB-MG) manifestou a preocupação de que a proposição não atenda aos interesses do país. Ele disse que os pontos principais que se espera de uma reforma tributária não foram contemplados: simplificação dos tributos, aumento da base de contribuintes e estímulo ao desenvolvimento regional.

— O Brasil tem falado na reforma tributária durante algum tempo porque a economia e a própria sociedade não suportam a carga tributária e o cipoal burocrático em que se transformou o sistema tributário brasileiro. Mas os que estudam a matéria sentem que há um grande risco que a emenda saia pior que o soneto. Queremos o fim da burocratização, que impede o crescimento das empresas e inibe novos empreendimentos, mas a proposta do governo não traz essa simplificação — criticou Alencar.



Alencar: sociedade não suporta mais o “cipoal” tributário

Para o senador, a reforma tributária não pode retirar dos estados da Federação condições para também legislar sobre matéria tributária. Com o novo modelo de ICMS proposto pelo governo federal, a alíquota desse imposto passa a ser definida pelo Senado e um dispositivo inibe a guerra fiscal entre os estados, vedando a concessão de isenção, diferimento e redução da base de cálculo do imposto.

José Alencar opinou ainda que

duas propostas em tramitação na Câmara devem ser levadas em consideração no debate de um novo sistema tributário para o país. Uma é a do ex-deputado pelo Rio Grande do Sul Luiz Roberto Ponte, que propõe a criação de seis impostos seletivos (sobre combustíveis, automóveis, cigarros, bebidas, energia e comunicação) e a outra é a do deputado Marcos Cintra (PL-SP), que defende um imposto único para o país.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou que a proposta apresentada pelo governo incorpora uma das sugestões apresentadas pelo PT em 1995, quando o partido divulgou sua proposição de reforma tributária. “Embora não tenha ainda definido como será feito, o governo incluiu o programa de garantia de renda mínima na sua proposta de reforma tributária”, afirmou Suplicy. Ele acrescentou que futuramente fará um pronunciamento comentando os demais pontos da proposta do governo.



### CARTAS

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica cartas, faxes e e-mails enviados pelos leitores.

Endereço:  
Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal, Sala 2006

E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Fax: (61) 311-3137 ou (61) 311-3333

0800 612211 — A Voz do Cidadão

### APOSENTADO ELOGIA “JORNAL DO SENADO”

Gostaria de receber os exemplares do *Jornal do Senado* para tomar conhecimento de quanto é necessário a todo o país o funcionamento do Poder Legislativo. Sem o Poder Legislativo o Brasil vai se acabar. Sou funcionário inativo, mas continuo trabalhando. Não consigo entender o homem sem trabalhar. Trabalhando, o homem é partícipe de Deus em sua obra de criação.

José Emerenciano  
Cocos (BA)

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



A CAS também aprovou seguro-desemprego para os pescadores durante o defeso

## CAS vota regras para entidades de previdência complementar

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, em sessão realizada ontem, relatório do senador Romero Jucá (PSDB-RR) favorável ao projeto de lei complementar da Presidência da República que regula a relação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, suas autarquias e fundações, com suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar.

O projeto estabelece um prazo mínimo de carência de 60 contribuições mensais para os planos de previdência, como também o término do vínculo entre o beneficiário e o eventual patrocinador, para assegurar ao segurado o direito a um benefício de prestação programada e continuada.

A concessão de benefício pelo regime de previdência em que o participante esteja filiado por intermédio de seu patrocinador, quando se tratar de plano de modalidade definida, é outra questão disciplinada pelo projeto.

Quanto a reajustes, serão sempre efetuados conforme os critérios estabelecidos nos regulamentos dos próprios planos de previdência.

Fica proibido, porém, o repasse para os benefícios de ganhos de produtividade, abonos salariais e vantagens de qualquer natureza concedidas para o pessoal da ativa.

### PESCADORES

A CAS aprovou ainda o relatório da senadora Maria do Carmo (PFL-SE), favorável às emendas do senador Ademir Andrade (PSB-PA) ao substitutivo aos projetos das duas Casas que garante o pagamento de seguro-desemprego aos pescadores no período de defeso, quando vigora proibição à pesca para assegurar a reprodução dos peixes.

De acordo com as emendas aprovadas, haverá seguro-desemprego, de R\$ 151,00, enquanto durar o defeso.

Além disso, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) fica obrigado a anunciar com 45 dias de antecedência o estabelecimento desse período de proibição à pesca, para que os trabalhadores não sejam surpreendidos. Dessa forma o benefício poderá ser pago sempre no tempo apropriado.

# Senado simplifica as normas para registro de nascimento

Plenário aprova projeto que dispensa a exigência de testemunhas nos casos de partos ocorridos em estabelecimentos hospitalares

O Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara que dispensa testemunhas para o registro de nascimento quando o parto ocorrer em estabelecimentos hospitalares. Isso porque, com a implantação em escala nacional da Declaração de Nascido Vivo, preenchida em unidades de saúde, hoje é possível para o próprio oficial do Registro Civil certificar-se de que o parto realmente aconteceu. A decisão agora vai a sanção presidencial.

De autoria do deputado federal Régis de Oliveira, o texto chegou

ao Plenário com parecer favorável do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o relator, a alteração introduzida pelo projeto exige a presença de testemunhas apenas no caso em que o parto haja ocorrido sem assistência médica, em residência ou fora de unidade hospitalar ou casa de saúde.

Dutra também disse que, atualmente, os nascimentos são documentalmente registrados pelos hospitais, que guardam em seus

arquivos dados sobre os pais. “A dispensa das testemunhas, nesse caso, não ofende a segurança do registro, simplifica os procedimentos e motiva os pais a registrarem a criança”, pensa ele. Ele observou que os cartórios já vêm adotando tal prática, pretendendo o projeto apenas adequar a lei à realidade.

O senador petista apresentou apenas uma emenda de redação, substituindo o vocábulo “domicílio” por “residência” no texto vindo da Câmara. E explicou que a alteração não prejudica em nada o mérito da iniciativa.

## ACM: matérias orçamentárias devem tramitar em conjunto

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que a proposta de emenda constitucional que obriga o governo a executar as emendas feitas pelos parlamentares ao Orçamento deve tramitar em conjunto com outras propostas que tratam do assunto. O Plenário realizou ontem o segundo dia de discussão da PEC.

— Eu acredito que, em função do momento que vivemos, se aprovarmos esse tipo de emenda constitucional agora, o Congresso não ficará bem. Devíamos adiar esse assunto para um es-

tudo conjunto de emendas correlatas que tenham o mesmo objetivo — sugeriu o presidente do Senado.

Em sua opinião, na sessão plenária de hoje, em entendimento com o autor da iniciativa, o senador José Alencar (PMDB-MG), será possível aprovar um requerimento de tramitação conjunta dessas propostas.

— Não ficaríamos bem se votássemos essa emenda sem considerar as outras propostas que se referem a assuntos orçamentários — disse ele.

No seu entender, há o risco de

se fazer a inadequada leitura de que o Congresso estaria aprovando uma matéria contemplando apenas as emendas ao Orçamento feitas pelos deputados e senadores. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) anunciou que discutirá a matéria no momento oportuno.

A proposta de Alencar torna obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente das emendas de parlamentares, dispondo que o não-cumprimento dessa norma caracterizará crime de responsabilidade do presidente da República.

## Vai a votação projeto que reforça educação para o trânsito

O Senado Federal deverá votar hoje projeto de lei, apresentado pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), estabelecendo novos mecanismos legais para a veiculação de mensagens educativas de trânsito.

De acordo com a proposta, todas as propagandas veiculadas nos meios de comunicação e em *outdoors* instalados nas margens de rodovias pelas indústrias automobilísticas e afins deverão, obrigatoriamente, conter mensagens educativas de trânsito.

As competições esportivas envolvendo veículos automotores também ficarão sujeitas a obrigação semelhante. Nesse caso, conforme o projeto de Emilia Fernandes, as mensagens educativas deverão ser exibidas nos locais de realização das provas, nas transmissões televisivas e nas chama-



Emilia Fernandes é a autora do projeto que será apreciado hoje pelo Plenário

das que anunciam o evento.

Essa proposta foi inicialmente anexada a projeto de lei do deputado federal Ronaldo Perim, por tratar do mesmo assunto.

Posteriormente, três pareceres — aprovados pelas comissões de Educação, Assuntos Sociais e Constituição, Justiça e Cidadania — recomendaram a aprovação do projeto de lei, em prejuízo da proposta originária da Câmara dos Deputados.

Os relatores dessas comissões

— senadores José Fogaça (PMDB-RS), Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e José Eduardo Dutra (PT-SE), respectivamente — consideraram o projeto da senadora gaúcha mais abrangente.

A pauta de hoje do Plenário do Senado também prevê a realização do terceiro dia de discussão da proposta de emenda constitucional que torna obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas parlamentares.



### RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2000

1

Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1997. Dá nova redação ao item 9º do art. 54 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências.

**Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ, de redação. Rejeitado o art. 3º, destacado, para adequação ao art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998. À sanção.

2

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2000. Senador José Alencar e outros. Insere dispositivo na Constituição federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas de parlamentares.

**Resultado:** Encerrado o segundo dia de discussão, em primeiro turno. A matéria constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o terceiro dia de discussão, em primeiro turno.

3

Requerimento nº 361, de 2000. Senador Moreira Mendes. Solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 621, de 1999, de sua autoria.

**Resultado:** Aprovado. O PLS nº 621, de 1999, vai ao Arquivo.

4

Requerimento nº 363, de 2000. Senadora Heloisa Helena. Solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2000, de sua autoria.

**Resultado:** Aprovado. O PLS nº 173, de 2000, vai ao Arquivo.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

# Senadores ouvem Eduardo Jorge hoje à tarde

O ex-secretário-geral da Presidência da República foi convidado a explicar na Subcomissão Permanente do Judiciário a sua participação na liberação de recursos para as obras superfaturadas do fórum trabalhista do TRT de São Paulo

O ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira será ouvido hoje, às 14h, pela Subcomissão Permanente do Judiciário, sobre sua participação na liberação de recursos para a obra superfaturada do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. A decisão foi tomada pelo presidente da subcomissão, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), depois de aprovado parecer do relator, José Jorge (PFL-PE), favorável ao convite a Eduardo Jorge, proposto ainda durante o recesso parlamentar pelo deputado Geraldo Magela.

Calheiros convocou ainda, por sugestão do relator, outra reunião para a próxima terça-feira, após a Ordem do Dia do Plenário, para apreciar os demais requerimentos propostos, que solicitam a convocação de autoridades do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), vice-presidente da subcomissão, votou contra o parecer de José Jorge, pois, na sua opinião, deveria



A Subcomissão Permanente do Judiciário, que realizou ontem sua primeira reunião de trabalho, solicitou o assessoramento do Ministério Público e da Polícia Federal

prevaler o encaminhamento sugerido pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), pelo qual os procuradores da República Luiz Francisco Souza e Guilherme Shelb deveriam ser ouvidos antes do ex-ministro. O senador Amir Lando (PMDB-RO) absteve-se na votação.

— Os procuradores podem nos revelar fatos novos, que desconhecemos até o momento e que poderão ser elementos para interrogar

com mais convicção o ex-secretário — afirmou Jefferson.

Pedro Simon (PMDB-RS), Roberto Requião (PMDB-PR) e Edison Lobão (PFL-MA) defenderam a proposta de ouvir Eduardo Jorge primeiro. Lobão argumentou que o ex-secretário é o protagonista de todas as denúncias. Simon lembrou que o ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF) quebrou o decoro parlamentar ao depor no início das in-

vestigações da CPI do Judiciário. Renan Calheiros esclareceu que, se a subcomissão julgar necessário, qualquer autoridade pode ser convocada novamente.

Calheiros também decidiu enviar ofícios ao ministro da Justiça, José Gregori, e ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, solicitando que sejam designados membros da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público (MP) da União para acompanhar os trabalhos da subcomissão. Assim, disse o presidente da subcomissão, os senadores terão acesso às informações de inquéritos e processos sobre as obras do fórum trabalhista do TRT-SP. Por sugestão de Simon, a PF e o MP devem indicar para ajudar os trabalhos do Senado os procuradores e delegados que já acompanham o caso.

## Calheiros ressalta independência

O presidente da Subcomissão Permanente do Judiciário, Renan Calheiros, reagiu a informações da imprensa de que parlamentares da base governista estariam “ensaianando” as perguntas e o depoimento do ex-ministro Eduardo Jorge Caldas Pereira.

— Quero repelir qualquer afirmação que questione a competência da subcomissão. Ela é para valer, não dá lugar a efeitos especiais, próprios dos diretores de Hollywood. Não temos talento nem virtudes para produzir aqui uma farsa. Não estaria na presidência desta subcomissão se não tivesse a independên-

cia necessária para conduzir os seus trabalhos — afirmou Calheiros.

A informação sobre o ensaio do depoimento de Eduardo Jorge foi trazida à subcomissão pelo senador Pedro Simon, que se baseou em reportagem publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. O vice-presidente da subcomissão, Jefferson Péres, acrescentou que, conforme a imprensa, os aliados do governo tentariam comandar o depoimento, antecipando-se à oposição e definindo a ordem dos inscritos para inquirir Eduardo Jorge. “Isso transformaria a subcomissão em uma farsa”, disse Jefferson.

## Senadores discutem os limites da subcomissão

A extensão das investigações foi o principal tema de debate ontem dos integrantes da subcomissão. Enquanto membros do Bloco Oposição temem que o trabalho caia no vazio, os parlamentares da base governista sustentam que a subcomissão terá condições de acompanhar as investigações.

Para o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a subcomissão não pode criar falsas expectativas, pois ela não teria poder investigativo. “O Eduardo Jorge, por exemplo, pode vir aqui e mentir à vontade e não teremos condições de apurar a verdade, através da quebra do sigilo bancário, que é de competência do Judiciário ou de uma CPI”, observou.

Os limites também preocupam Roberto Requião (PMDB-PR), para quem só a criação de uma nova CPI livraria o Senado da “possibilidade de embaraço” frente à opinião pública.

O relator José Jorge (PFL-PE) acha que, apesar de a subcomissão não ter o poder de uma CPI, não se deve diminuir a sua dimensão, pois, pela primeira vez, o Senado criou um órgão para acompanhar os desdobramentos das

conclusões de uma CPI da importância da do Judiciário:

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) chegou a garantir que, se o pedido de uma possível quebra de sigilo bancário for bem fundamentado pela subcomissão, o Plenário do Senado não vai negar a solicitação.

Para o vice-presidente Jefferson Péres (PDT-AM), a hipótese levantada por Alcântara não tem qualquer fundamento. No seu entender, somente o Judiciário e as CPIs possuem, constitucionalmente, o poder de determinar a quebra de sigilo bancário.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) concordou com Jefferson e recordou que, no passado, a presidência do Senado indeferiu um pedido de quebra de sigilo e no caso de Eduardo Jorge foi mais longe ao lembrar que, atualmente, ele não exerce qualquer cargo público e que, portanto, está fora do alcance de ver quebrado o seu respectivo sigilo.

Amir Lando (PMDB-RO) defende que a subcomissão deve ter todas as formas de poder investigatório, sem as quais, a seu ver, não terá a menor razão de existir.

## ACM diz que pressão por CPI não passa de “demagogia”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou na manhã de ontem estar certo de que a Subcomissão Permanente do Judiciário fará um trabalho sério ao investigar a atuação do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira. Em função disso, entende ele, a pressão da oposição pela criação de uma comissão parlamentar de inquérito é “demagogia”.

A subcomissão, criada no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), deve ouvir o ex-ministro tanto a respeito de sua atuação como secretário-geral da Presidência da República quanto sobre suas relações com o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, acusado de participar do desvio de recursos destinados à construção do fórum trabalhista de São Paulo.

No entender de Antonio Carlos Magalhães, “o governo não deve ter medo algum de apurar qualquer coisa, de quem quer que seja, sobretudo se o presidente da República não está envolvido, como não está nesse assunto”. De sua parte, prosseguiu, os senadores que integram a subcomissão da CCJ “receberão todo o apoio da Mesa do Senado para que possam cumprir bem sua tarefa”. Ele disse também que confia que a investigação será “ampla, completa e irrestrita”.

O empenho da oposição em reivindicar a instalação de uma CPI para investigar a atuação de Eduardo Jorge, dentro desse quadro, seria uma “tática” para a qual o governo deve estar preparado, observou o presidente do Senado. “O governo tem que se preparar para não fazer o jogo da oposição, principalmente em uma época eleitoral”, frisou.

— Há uma tática da oposição e outra tática do governo. Essas táticas vão ser jogadas e vamos ver quem ganha — concluiu ele.



ACM: Senado fará uma “investigação ampla e irrestrita”

## Jefferson inicia perguntas

Segundo o Regimento Interno do Senado, a reunião da Subcomissão Permanente do Judiciário que tomará o depoimento do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira será iniciada por uma exposição do depoente. Em seguida, de acordo com a lista de inscrição, será aberta a palavra aos senadores. Em primeiro lugar, aos membros titulares da subcomissão, seguidos pelos suplentes. Depois, será a vez dos titulares e suplentes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, finalmente, os senadores que não fazem parte da CCJ poderão formular questões.

Apesar de Eduardo Jorge não ocupar mais o cargo de ministro de Estado, o artigo 398, inciso X, do Regimento poderá ser utilizado para definir a sistemática da reunião. Ele determina que, em caso de depoimento de ministro, a exposição inicial é de 30 minutos. A partir daí, segundo o dispositivo, cada senador tem cinco minutos para fazer perguntas, assegurando-se tempo igual para as respostas. Por fim, o senador dispõe de mais dois minutos para réplica.

O presidente da subcomissão, Renan Calheiros, determinou ontem, após a votação do parecer do relator José Jorge, a abertura das inscrições. Ao final da reunião, já contava com 14 senadores. O primeiro a fazer perguntas deverá ser Jefferson Péres, seguido pelo líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).



# PFL manifesta apoio a Fernando Henrique e Tuma

Em duas notas lidas ontem no Plenário pelo líder Hugo Napoleão, a Comissão Executiva Nacional do partido contesta ataques ao presidente da República e ao senador por São Paulo

O líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), leu ontem, em Plenário, notas aprovadas pela Comissão Executiva Nacional do partido em apoio ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao senador Romeu Tuma (PFL-SP). Os dois têm sido citados nas denúncias envolvendo o desvio de verbas destinadas à construção da sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo.

Na nota relativa ao presidente da República, o PFL repudia as "atitudes impatrióticas" dos que, a pretexto de atingir Fernando Henrique, estariam prejudicando o Brasil e suas conquistas. Foi citada como resultado positivo a política de defesa do real, que contornou a crise cambial e impediu que a inflação retornasse sem recorrer à recessão. Segundo a nota, mesmo diante de problemas sociais históricos, o país está conseguindo melhorar a situação das classes menos favorecidas.

Diz a nota: "O PFL, que ajudou a eleger e a reeleger o presidente Fernando Henrique Cardoso, conhece



Hugo Napoleão, líder do PFL, leu as notas da Executiva Nacional

e respalda os esforços que ele faz para, no exercício do dever constitucional, guiar o país na direção de um grande destino. Se há questionamentos, investigações ou acusações a apurar, em qualquer área do Estado, cumpre apurá-las. Se houver culpados, certamente eles serão punidos".

Solidarizando-se com o senador Romeu Tuma, acusado de manter relação de amizade com o ex-presidente do TRT Nicolau dos Santos Neto, a Executiva do PFL afirma, em nota lida por Hugo Napoleão, que Tuma está sendo atacado com objetivos eleitorais, já que disputa o cargo de prefeito de São Paulo.

"Toda a sua vida exemplar de servidor público, cuja integridade jamais foi questionada, não pode ser manchada por acusações vagas e notícias distorcidas e mentirosas, orquestradas por seus opositores", diz a nota. O documento refere-se ao fato de que Tuma cumpriu seu dever ao relatar "com firmeza" o processo que levou à cassação do senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

## Tuma nega ligação com Nicolau e recebe solidariedade

Senadores de vários partidos prestaram solidariedade ontem ao senador Romeu Tuma, que, em discurso no Plenário, defendeu-se da acusação de manter amizade com o juiz Nicolau dos Santos Neto, um dos responsáveis pelo desvio de verbas da obra do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. Tuma esclareceu que ao longo de sua carreira na área policial relacionou-se profissionalmente com muitos juízes, já que era responsável pela segurança deles.

O senador deixou claro que conhece a motivação dos ataques que tem recebido.

— Sei muito bem que procuram atingir e destruir quem os combateu, quem ajudou a impedir que continuassem pilhando a sociedade. É exatamente por isso que subo à tribuna para rebater ataques que tenho sofrido por parte de pessoas que não aceitam perder a certeza da impunidade — disse.

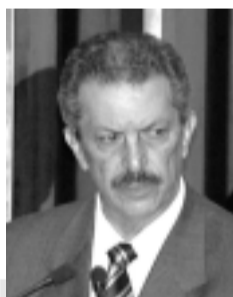
Tuma informou ter ingressado com duas ações de indenização por danos materiais contra a revista *Is-toÉ*, que publicou matérias vinculando-o a Nicolau. Para o senador, a

revista foi alimentada por pessoas inconformadas com o andamento que ele deu, como corregedor do Senado, ao processo de cassação do senador Luiz Estevão.

Para o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, as ofensas a Tuma atingem todos os senadores, que confiaram a ele a Corregedoria.

— O senador Tuma tem agido sempre com correção e mostrou coragem ao dar parecer em matéria que muitos não gostariam de tocar justamente para não enfrentar o que está acontecendo. Estamos crescendo com a nossa atitude e seremos sempre intransigentes com a corrupção — disse Antonio Carlos.

Conforme Hugo Napoleão, o Brasil todo reconhece em Tuma o caráter altruísta e o especialista em segurança pública. Bernardo Cabral (PFL-AM) recordou que, mesmo nos difíceis tempos dos governos militares, Tuma nunca foi omissivo, tendo se notabilizado anos depois como o "xerife" da nação. "Chama o Tuma"



Tuma: "Procuram atingir e destruir quem os combateu"

era o bordão pelo qual sua presteza, coragem e eficiência eram evocadas no período em que esteve à frente da Polícia Federal, recordou José Agripino (PFL-RN).

Para Edison Lobão (PFL-MA), Tuma prima pela honradez e o sentimento do dever. O presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen (SC), também prestou solidariedade a Tuma.

Mesmo apoiando o candidato do PSDB à prefeitura de São Paulo, Pedro Piva (PSDB-SP) disse não concordar com as acusações a Tuma. Eduardo Suplicy (PT-SP), cuja esposa, Marta, é adversária de Tuma na eleição municipal, elogiou a honestidade do senador e pediu seu apoio à instalação de CPI sobre as acusações contra Eduardo Jorge.

Também se manifestaram em apoio a Tuma os senadores Arlindo Porto (PTB-MG), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Iris Rezende (PMDB-GO), Djalma Bessa (PFL-BA), Paulo Souto (PFL-BA) e Moreira Mendes (PFL-RO).

## A ÍNTEGRA DAS DUAS NOTAS DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PFL

### A PRIMEIRA NOTA

O Partido da Frente Liberal, em reunião da Comissão Executiva Nacional, analisou o momento político e reafirmou o seu repúdio às atitudes impatrióticas dos que, a pretexto de atingir o presidente da República, na verdade se voltam contra o Brasil, suas realizações, suas conquistas e seu povo.

Todos os indicadores mostram que o país começa a produzir resultados, depois do esforço que nos tirou da crise cambial, defendeu a moeda, impediu a volta da inflação e evitou a recessão econômica, recolocando o Brasil na trilha do desenvolvimento e do progresso.

Cabe lembrar a herança recebida da dívida social com que convivemos. Mas há que se ressaltar que nas áreas críticas da saúde, da educação, da moradia, da alimentação e do emprego existem avanços concretos com reflexos mais profundos justamente nos segmentos menos favorecidos.

Por isso, manifestamos nossa indignação quando o boato é apresentado como verdade incontestável; quando a investigação é tomada como se fora uma sentença e quando os acusadores, para brilhar na mídia, dispensam-se de produzir provas e esquecem-se mesmo do dever de procurá-las. Uma atitude deletéria que se espalha estimulada por interesses eleitorais nítidos.

Essa não é a democracia pela qual lutamos e que temos o dever de aprimorar, em benefício dos brasileiros.

O PFL, que ajudou a eleger e reeleger o presidente Fernando Henrique Cardoso, conhece e respalda os esforços que ele faz para, no exercício do dever constitucional, guiar o país na

direção de um grande destino. Se há questionamentos, investigações ou acusações a apurar, em qualquer área do Estado, cumpre apurá-las. Se houver culpados, certamente eles serão punidos.

Essa é a postura firme e decidida do presidente da República. É também o compromisso que tem o nosso partido com a cidadania brasileira.

Para o PFL, a outra face da liberdade é a responsabilidade. Vamos nos unir e lutar para defendê-las.

### A SEGUNDA NOTA

A Comissão Executiva Nacional do PFL, hoje reunida, solidarizou-se com o senador Romeu Tuma, diante dos constrangimentos promovidos pelos que, com objetivos eleitorais, procuram atingi-lo na sua dignidade.

Toda a sua vida exemplar de servidor público, cuja integridade jamais foi questionada, não pode ser manchada por acusações vagas e notícias distorcidas e mentirosas, orquestradas por seus opositores.

O senador Romeu Tuma, recentemente, cumpriu mais uma vez o seu dever, ao relatar, com firmeza, o processo que levou à cassação, pela primeira vez na história do nosso Parlamento, de um senador da República.

O apoio, nesta Comissão Executiva, de seus colegas da direção nacional partidária foi manifestado unanimemente ao senador paulista, que aqui recebeu, mais uma vez, votos de êxito em sua caminhada rumo à prefeitura de São Paulo.

## Requião critica nota e diz que governo é antinacional

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) repudiou ontem a nota emitida pelo PFL em apoio ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Requião disse estar "espantado" com o tom da manifestação do PFL, ao considerar inimigos do país "os que se opõem à corrupção e criticam

o modelo econômico neoliberal" adotado pelo governo. "É inaceitável a volta do *Brasil, ame-o ou deixe-o*. O país está acordando. O governo Fernando Henrique, além de corrupto, é antinacional", afirmou o senador, que viu na nota do PFL uma "tendência cínica fascista".

Para amparar sua argumentação, a partir de dados divulgados pelo canal de televisão internacional CNN, Requião informou índices de crescimento dos países da América Latina. Segundo ele, enquanto o Brasil cresceu apenas



Roberto Requião se diz "espantado" com a nota do PFL

7,7% em dez anos, o Chile cresceu 230%, a Argentina 130%, a Bolívia 47% e o Paraguai 27%. Ele também comparou os investimentos do governo na área agrícola. "Em 1970, o financiamento agrícola dispunha de R\$ 25 bilhões. Hoje, tem apenas R\$ 5 bilhões", salientou.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse em aparte que compreende o "desespero de setores da base governista diante do mar de lama criado pelo próprio governo". Para ela, os autores da nota do PFL é que são "golpistas da Constituição, entreguistas e não têm autoridade patriótica para criticar ninguém".

Roberto Requião afirmou ainda que gostaria de ver o PFL explicando por que contratou Eduardo Jorge para montar um curso superfaturado para administradores públicos.

# Freire propõe comissão para socorrer vítimas das chuvas

Senador responsabiliza administrações anteriores por tragédia que causou 29 mortes em Alagoas e 19 em Pernambuco

O senador Roberto Freire (PPS-PE) propôs ontem a criação de uma comissão externa do Senado para encontrar soluções de emergência em favor das populações de Pernambuco e Alagoas, vítimas de calamidade pública decorrente das chuvas dos últimos dias. Freire responsabilizou as administrações anteriores dos dois estados pela tragédia, que já causou 29 mortes em Alagoas e 19 em Pernambuco.

O senador lembrou que, em 1975, Recife sofreu uma das maiores enchentes de sua história, com prejuízos incalculáveis até para a classe média, além de efeitos sociais terríveis para a população pobre. Segundo ele, na ocasião houve



Freire atribui os problemas às ocupações desordenadas das cidades atingidas pelas cheias

mobilização dos governos federal, estadual e municipal, o que permitiu diminuir os efeitos da chuva. Entre outras providências foram

construídas barragens nos rios Capibaribe e Beberibe.

— No entanto, ocupações desordenadas fizeram surgir outras enchentes, desta vez atingindo setores de menor poder aquisitivo e causando perdas humanas — disse Roberto Freire. Segundo ele, novas tragédias ainda podem ocorrer, porque não existe um trabalho efetivo, de prevenção, principalmente nas áreas de risco. “Além disso, é lamentável que se construam cidades apenas para os poderosos, não deixando espaços urbanos para a criação de habitações populares, restando somente as áreas de risco para a população carente”, encerrou Roberto Freire.

# Francelino e Alencar lutam para incluir MG em programa federal

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) fez um apelo ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e à classe política de todos os estados nordestinos no sentido de que a região some esforços para defender a inclusão de Minas Gerais no Programa de Desenvolvimento Integrado Socioeconômico (IDH-14). Já o senador José Alencar (PMDB-MG) informou que toda a bancada mineira está unida na defesa da inclusão dos 195 municípios pobres de Minas, localizados nos vales do Jequitinhonha, Mucuri e no norte do estado, que não serão atendidos com os recursos federais previstos no programa.

Segundo Francelino Pereira e José Alencar, deputados federais e senadores tinham uma reunião marcada para o final da tarde de ontem com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Pedro Parente, para tratar do assunto. Na oportunidade, seria entregue um levantamento feito sobre os índices de pobreza nos municípios mineiros. Além dos parlamentares, prefeitos dos municípios pobres de Minas eram esperados no encontro



Francelino Pereira quer o apoio de toda a classe política nordestina ao pleito dos mineiros

com Pedro Parente.

O IDH-14 prevê a distribuição de R\$ 11,5 bilhões para as regiões mais pobres do país. Do total de 26 estados brasileiros, apenas 14 vão ser atendidos com os recursos até o ano 2002. Para chegar às 2.091 cidades que vão ter direito à verba, o governo resolveu fazer três tipos de filtragem: primeiro escolheu as regiões mais pobres do país, depois os 14 estados com IDH menor que o das regiões Norte e Nordeste. Só então chegou aos municípios.

## Maguito sugere extensão da iniciativa a todos os estados

O Programa de Desenvolvimento Integrado Socioeconômico (IDH-14), anunciado pelo governo federal para beneficiar os 14 estados mais pobres, foi elogiado pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que considerou, no entanto, que o programa deve abranger os 26 estados e o Distrito Federal. Para o senador, a miséria não está localizada apenas nos 14 estados mais pobres, pois existem bolsões de pobreza em todas as unidades da Federação.

— Temos de reconhecer a importância das medidas adotadas pelo governo. Pondero, no entanto, que a miséria no país não se resume aos 14 estados citados, atingindo até os estados mais ricos. O próprio governador Mário Covas afirmou que o programa tem de estar onde existe pobreza — defendeu o senador.

O senador apontou três bolsões de pobreza que, conforme os critérios do governo, não serão beneficiados pelo programa: a periferia de



Maguito lembrou que existem bolsões de pobreza em todas as unidades da Federação

São Paulo, o Vale do Jequitinhonha e o Entorno de Brasília. Mesmo com as ressalvas apresentadas, Maguito citou como importante o fato de o programa reservar R\$ 11,5 bilhões para o combate à miséria. Segundo ele, a iniciativa está em sintonia com o trabalho que o Senado vem desenvolvendo neste sentido desde a criação da Comissão Mista de Combate e Erradicação da Pobreza, do qual o senador foi o presidente.

## Heloísa Helena pede recursos para desabrigados de Alagoas

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) fez apelo ao governo federal para a liberação imediata de recursos destinados a atender a população de Alagoas atingida pelas fortes chuvas dos últimos dias. Ela informou que a situação no estado é de calamidade pública, com várias estradas destruídas, impedindo que sejam transportados alimentos e medicamentos para os desabrigados.

— A miserabilidade, o empobrecimento da população e a falta de alternativas obrigaram milhares de alagoanos a se afastarem do campo para ocupar as favelas e as encostas de Maceió e outras cidades. Infelizmente, pela precariedade das moradias destas pes-

soas e pela falta de infra-estrutura, em dois dias ocorreram mais de 20 mortes no estado — lamentou Heloísa Helena.

Os desabrigados, segundo a senadora por Alagoas, estão passando por um momento de dor, humilhação e sofrimento. Ela acrescentou que a situação se complica pela falta de medicamentos, roupas, condições dignas de alojamento e alimentação para as famílias que perderam tudo por causa das chuvas. Heloísa Helena informou que estará no estado amanhã para prestar solidariedade à população do estado.

— Não é nenhum banco quebrado que justifique uma ajuda



Heloísa Helena: desabrigados passam por momentos de dor, humilhação e sofrimento

para evitar o risco sistêmico, mas são famílias inteiras submetidas a condições de miserabilidade, dor, humilhação e sofrimento. Espero que o governo cumpra sua obrigação e libere imediatamente os recursos necessários para superar esta situação tão grave — completou Heloísa Helena.

## Cabral requer CPI para investigar atuação de ONG na Amazônia

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) encaminhou ontem à Mesa do Senado requerimento para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a ação da organização não-governamental Associação Amazônia. Segundo ele, a ONG adquiriu de maneira irregular uma área superior a 172 mil hectares de terras públicas no sul de Roraima e tem interferido nas

questões indígenas, ambientais e de segurança nacional.

Cabral disse que é preciso diferenciar as ONGs que prestam serviços das que se locupletam às custas do povo amazônico. “Algumas têm fachada de catedral, mas fundo de bordel”, comparou.

A CPI requerida por Cabral tem 11 membros titulares e sete suplentes. Caso seja criada, a CPI terá prazo de 180 dias para apu-



“Algumas ONGs têm fachada de catedral, mas fundo de bordel”, afirma Bernardo Cabral

rar as denúncias contra a atuação irregular da ONG Associação Amazônia.

## “Cidadania” discute novos indicadores sociais



O programa *Cidadania*, que a TV Senado exibe hoje, discute os novos indicadores sociais do IBGE baseados em pesquisa nacional realizada

em 1998. Para debater o assunto, serão ouvidos o senador Paulo Hartung (PPS-ES) e Sérgio Besserman, presidente do órgão. O programa vai ao ar à 1h, e será reprisado às 6h30, 13h30 e 19h30.

## Jefferson Péres fala sobre as irregularidades no TRT-SP



Em entrevista especial concedida à TV Senado, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) fala sobre a instalação da Subcomissão Permanente do Judiciário que vai apurar denúncias sobre irregularidades nas obras do Tribu-

nal Regional do Trabalho (TRT) em São Paulo. Jefferson é vice-presidente da subcomissão. Na entrevista, ele defende o combate à corrupção e lamenta a falta de confiança do povo brasileiro nos Poderes da República. O programa será exibido à 1h30, 2h30, 3h30 e 20h.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h – *Unip*: História de um zoólogo  
6h30 – *Cidadania*: Sen. Paulo Hartung e o presidente do IBGE, Sérgio Besserman, falam sobre os indicadores sociais do Brasil  
7h30 – *Entrevista*: Sen. Jefferson Péres fala sobre a Subcomissão do Judiciário  
8h – *Jornal do Senado*  
8h30 – *TV Escola* – Paisagens Brasileiras: Espelho das águas/Araruama-RJ  
9h – *Cores do Brasil*: Folclore e Lençóis Maranhenses  
9h30 – *Entrevista*: Sen. Luiz Pontes fala sobre o primeiro emprego  
10h – Sessão Plenária (vivo)  
12h30 – *Entrevista*: Sen. Jefferson Péres fala sobre a Subcomissão do Judiciário  
13h – *Cores do Brasil*: Turismo em São Luís, do Maranhão  
13h30 – *Cidadania*: Sen. Paulo Hartung e o presidente do IBGE, Sérgio Besserman, falam sobre os indicadores sociais do Brasil  
14h – Subcomissão do Judiciário (vivo)  
Logo Após: Sessão Plenária (reapresentação)  
19h30 – *Cidadania*: Sen. Paulo Hartung e o presidente

do IBGE, Sérgio Besserman, falam sobre os indicadores sociais do Brasil  
20h30 – *Entrevista*: Sen. Jefferson Péres fala sobre a Subcomissão do Judiciário  
21h – *Jornal do Senado*  
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h – *Agenda Senado*  
Em seguida – Música e Informação  
10h – Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida – Subcomissão Permanente do Judiciário  
19h – *A Voz do Brasil*  
Em seguida – Música e Informação  
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste  
Em seguida – Música e Informação  
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida – Música e Informação  
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste  
Em seguida – Música e Informação  
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida – Música e Informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-5
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:  
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C  
• Receptor ABR 200, ComStream  
• LBN DRO ComStream  
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# Moreira Mendes reitera convite a José Sarney Filho

Para o senador, são infundadas as afirmações feitas pelo ministro do Meio Ambiente sobre a ocupação da Floresta Amazônica

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) reiterou ontem convite ao ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, para visita a Rondônia. O parlamentar disse que insiste no convite como forma de colaborar com as ações ministeriais. O senador lamentou o teor do discurso proferido pelo ministro na abertura da 7ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, em 24 de julho, influenciado, segundo ele, por organizações não-governamentais.

– Não quero assistir à repetição de situações extremamente desagradáveis às quais o ministro do Meio Ambiente tem sido conduzido por absoluta falta de informações sobre a realidade rondoniense. O ministro citou a Amazônia como modelo de ocupação desordenada de vastas áreas de fronteira agrícola – disse.

Segundo o senador, Sarney Filho disse que a expansão da fronteira agrícola na Amazônia tem modificado drasticamente a paisagem de extensas áreas de floresta, afirmando que dos 15% da cobertura já desmatada mais de um quinto está abandonada, o que totalizaria 165 mil quilômetros quadrados, ou o equivalente aos terri-



Moreira Mendes: Rondônia é hoje o quarto produtor brasileiro de café e o segundo de cacau

tórios dos estados de Santa Catarina e Espírito Santo somados. Essa foi, na avaliação do senador, a forma de o ministro justificar sua posição contra a conversão de novas áreas florestais em terras agrícolas, sem que haja a ocupação e plena produção nas áreas já desmatadas.

– De forma que os 20 milhões de habitantes da Amazônia terão que, doravante, viver na floresta, da floresta e para a floresta, comendo castanha-do-pará e, se o Ibama

deixar, casca de madeira, enquanto os “ongueiros” que cercam o ministro e invadem o seu ministério, e são muitos, continuarão vivendo e desfrutando as delícias do “Sul maravilha”, comendo, quem sabe, caviar – assinalou.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) disse que o país tem uma política ambiental vinculada aos interesses das organizações não-governamentais, “que mandam e desmandam no Brasil”. Mestrinho comparou as várias abordagens dadas pela imprensa à questão ambiental. “Queimadas na Europa não causam dano ambiental nenhum, mas se alguém queima um roçado na Amazônia, vira escândalo internacional”, afirmou o senador.

Moreira Mendes listou uma série de dados que, afirmou, desmentem as justificativas do ministro Sarney Filho sobre a ocupação territorial de Rondônia. O estado, disse o senador, abriga 35 mil pequenos criadores e agricultores que produzem 1,5 milhão de litros de leite a cada dia e 1,8 milhão de toneladas de grãos, criam 6 milhões de cabeças de gado e colocaram o estado como o quarto produtor brasileiro de café, o segundo de cacau e o quinto de feijão.

## Suplicy pede empenho para caso de garoto brasileiro seqüestrado pelo pai

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) divulgou ontem o drama de Maria Célia Vargas, que há 14 anos tenta recuperar seu filho, seqüestrado pelo pai francês. O parlamentar pediu empenho do governo brasileiro para ajudar na solução do problema, e leu em Plenário ofícios sobre o caso enviados por ele ao embaixador brasileiro na França, Marcos Azambuja, e aos ministros da Justiça, José Gregori, e das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia.

Disse o senador que é consensual, conforme mostrou audiência com o ministro da Justiça e o diretor da Polícia Federal, Agílio Monteiro Filho, com a participação de Maria Célia, que o melhor procedimento para resolver o caso seria o empenho das autori-

dades brasileiras no sentido de tornar possível o encontro da mãe com seu filho, Hugo Vargas Rozner, que estaria para completar 18 anos. Suplicy lembrou o esforço realizado por Fidel Castro para que o garoto cubano Élian, que se encontrava em Miami com parentes, pudesse voltar a seu país e viver com seu pai.

Suplicy relatou que Hugo foi seqüestrado aos três anos pelo pai Raymond Rozner. Desde então, a mãe não conseguiu mais vê-lo, apesar de ter obtido de todos os organismos franceses e brasileiros o direito da guarda do filho. O senador também agradeceu o empenho do delegado Jorge Barbosa Pontes, junto à Interpol, para a solução do caso.

– Considero a causa nobre e jus-



Segundo Eduardo Suplicy, o garoto foi levado para a França quando tinha 3 anos

ta e uma história como essa lembra a de muitos pais que têm seus filhos desaparecidos – afirmou.

# Petrobras foi alvo de especulação, diz Álvaro Dias

Segundo o senador, a queda do valor das ações da empresa no mês de julho foi resultado de artifício que grandes investidores utilizaram com a intenção de adquiri-las por um preço menor. O fato, afirmou, exige a atenção da Casa

O fato de as ações da Petrobras terem sofrido queda de 12,42% em pouco mais de vinte dias no mês de julho significa “que há uma tremenda especulação” no mercado, avaliou ontem o senador Álvaro Dias (PSDB-PR). A informação, a seu ver, deve ser levada em conta pelos senadores quando estiverem apreciando, na próxima quarta-feira, dia 9, projeto de lei de sua autoria que proíbe a venda de ações da Petrobras em posse da União.

– Esse fato, por si só, já deveria determinar a suspensão da venda das ações – defendeu.

Em 6 de julho uma ação da empresa valia R\$ 55, valor reduzido para R\$ 46,40 no dia 28 do mesmo mês, queda que “os especialistas do mercado entendem como um artifício utilizado por grandes investidores que pretendem adquirir número significativo de ações a preço menor”, afirmou o senador. As expectativas positivas em

relação à Petrobras, que poderia levar o Brasil a ter auto-suficiência em petróleo, elevarão o preço das ações, em futuro muito próximo, para cerca de R\$ 65, completou.

Outra informação que exigiria atenção dos senadores, segundo Álvaro Dias, é que a aquisição de ações da Petrobras com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) teve adesão muito aquém da esperada pelo governo. Ao invés dos R\$ 3 bilhões

em recursos do FGTS que o governo esperava colocar à disposição para compra das ações, apenas R\$ 500 milhões foram aplicados pelos detentores de recursos do fundo, anunciou a Caixa Econômica Federal (CEF). Isso significa, no entendimento do senador, que, “se o governo mantiver a decisão de vender suas ações, ele as venderá na Bolsa de Nova York, para investidores estrangeiros”.



Álvaro Dias é autor do projeto que proíbe a venda de ações da Petrobras em posse da União



Nabor Júnior propôs a homenagem ao médico e ex-parlamentar eleito pelo Acre



Mário Maia morreu de infarto no momento em que atendia aos internos de uma enfermaria infantil

## Plenário aprova voto de pesar pela morte do ex-senador Mário Maia

O Plenário aprovou ontem, por iniciativa do senador Nabor Júnior (PMDB-AC), a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-deputado federal e ex-senador Mário Maia, além do envio de condolências à família e ao estado do Acre. O senador também requereu a transcrição, nos Anais da Casa, de artigo de sua autoria publicado no último domingo, dia 30, pelo jornal *A Gazeta*, intitulado “A morte do Gafanhoto”, um dos apelidos pelo qual Mário Maia era conhecido. O ex-senador era também chamado de “Velho Guerreiro”.

Nascido em 1925, Mário Maia sofreu um infarto fulminante quando visitava os internos da enfermaria infantil da Fundação Hospitalar do Acre. É emblemático, na opinião de Nabor Júnior,

que o ex-senador tenha morrido no exercício de sua vocação maior, a medicina, “quando cobria a escala de uma colega, impedida, por problemas de saúde, de assumir o posto”.

Na justificativa do seu requerimento, Nabor Júnior destacou que Mário Maia iniciou sua vida pública como suplente de deputado federal em outubro de 1962, quando o Acre foi elevado à categoria de estado. Eleito pelo PTB, assumiu o mandato em 1963 e, com a extinção dos partidos políticos e a instauração do bipartidarismo, ingressou no MDB. Em 1969, com o Ato Institucional nº 5, Mário Maia teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Com a redemocratização, Mário Maia foi eleito senador, em 1982, pelo PMDB. Em 1991, filiou-se ao PDT.

## Tiã Viana homenageia Aloysio Biondi

Ao dar continuidade às homenagens prestadas pelo Senado ao jornalista econômico Aloysio Biondi, morto no final do mês passado, o senador Tiã Viana (PT-AC) afirmou que as análises da economia mundial e nacional feitas pelo articulista transformaram-se em referência moral, por traduzirem o sentimento de muitos cidadãos brasileiros sobre os rumos tomados pelo neoliberalismo e suas conseqüências, particularmente para os países do Terceiro Mundo.

O senador leu dois artigos publicados na imprensa sobre Aloysio Biondi, e requereu a sua transcrição integral. Um deles, escrito pelo jornalista Jânio de Freitas após a morte do colega, foi considerado por Tiã Viana “uma análise feliz, quase insubstituível”. Via-

na também leu o artigo “Fim do neoliberalismo, a virada”, o último que Aloysio Biondi publicou, na revista *Caros Amigos*. Nele, o jornalista chama a atenção para a importância da última reunião do G-7, ocorrida em Berlim. Na sua opinião, assim como o Consenso de Washington inaugurou o domínio da onda neoliberal, o Consenso de Berlim teria enterrado o neoliberalismo, “como conseqüência do aumento do poderio econômico e político da Europa, que coincide com o agravamento dos problemas da economia dos Estados Unidos”.

Em aparte, o senador Eduardo



Tiã Viana: análises do jornalista são referência moral

Suplicy (PT-SP), que trabalhou com Biondi entre 1976 e 1980 no jornal *Folha de S. Paulo*, testemunhou o empenho do jornalista em pesquisar e buscar a verdade, sendo “professor” de uma legião de jornalistas que trabalharam sob sua orientação. Mais recentemente, ao publicar *O Brasil Privatizado*,

acrescentou Suplicy, Biondi “foi fundo na investigação da natureza do Proer e da privatização de empresas públicas”. Roberto Saturnino (PSB-RJ) associou-se à homenagem prestada por Tiã Viana, dizendo que Biondi “era uma das vozes mais lúcidas, independentes e críticas de todo esse modelo neoliberal”.

## Orlando Bezerra, ex-deputado, é lembrado

Por iniciativa do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o Plenário aprovou a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-deputado federal Orlando Bezerra (CE) e o envio de condolências à família, ao estado do Ceará, à Assem-

bléia Legislativa e ao município de Juazeiro do Norte.

Segundo Alcântara, Orlando Bezerra, irmão do ex-governador do Ceará Adauto Bezerra, exerceu duas vezes o mandato de deputado federal. Ele iniciou sua vida política como vereador em

Juazeiro do Norte e foi, depois, eleito prefeito do município.

– Líder popular, profundamente identificado com a região do Cariri, ele prestou relevantes serviços ao Ceará, sobretudo àquela região – justificou o senador.

## Registrado falecimento de pioneiro de Rondônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) registrou ontem o falecimento, aos 86 anos, de Adalberto Pinto de Barros, ocorrido em 13 de julho. Em requerimento aprovado pelo Plenário, o senador solicitou o envio, pelo Senado, de condolências à família e à Associação

Comercial de Rondônia.

Segundo informou o parlamentar, Adalberto Pinto de Barros foi um dos grandes pioneiros do estado, onde chegou de barco há 64 anos, quando Rondônia era ainda o território federal de Guaporé. Acreditando no potencial de desenvolvimen-

to da região, o pioneiro dedicou seus esforços no atendimento à demanda local por alimentos, transformando-se num dos maiores fornecedores de carne à população local.

O empresário também ficou conhecido pelas doações sociais que realizou.